



Caderno Temático
Thematic Book

Educação do/no Campo
Rural Education

Educação do/no Campo

A história da educação brasileira é marcada pela organização das instituições escolares e pelas experiências vinculadas à educação popular. No âmbito das instituições escolares tiveram destaque os processos pedagógicos básicos e os processos formativos no contexto da educação superior, as tendências pedagógicas e as conjunturas das políticas educacionais. No cenário da educação popular há lugar para as experiências político-pedagógicas e para as lutas e movimentos sociais em torno da escola e da formação político-pedagógica da classe trabalhadora.

A educação do campo insere-se nos dois pólos: educação escolar e educação popular. Sua trajetória é construída tendo como inspiração as lutas e a organização do trabalho pedagógico nas escolas e na prática educativa vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A prática e a concepção da educação do campo, construídas coletivamente nos anos de 1990, caminham ao lado da concepção da educação rural, muito presente na realidade das instituições escolares localizadas no campo e na gestão do poder público municipal, em especial. As duas concepções estão presentes em práticas escolares, porém é necessário destacar que são opostas do ponto de vista cultural, ideológico, pedagógico e político. A trajetória da educação rural vincula-se a uma ideia de rural e de povo do campo que não é compartilhada pela educação do campo. Essa, por sua vez, defende o campo como lugar de produção da existência, portanto, local de cultura, identidade, trabalho. Expressa um conjunto de lutas da classe trabalhadora contra os processos sociais geradores de exclusão e expropriação.

No contexto da educação do campo foram construídas desde a década de 1990 práticas educativas coletivas com impactos nas políticas educacionais. São exemplos as experiências de formação em alternância, que se fundamentam na organização do trabalho educativo no tempo escola e no tempo comunidade. Os ciclos de formação humana efetivados no contexto das escolas Itinerantes organizadas no MST são exemplos de práticas coletivas com impactos nos projetos político-pedagógicos escolares e no sistema de avaliação do ensino-aprendizagem. As parcerias, entre movimentos e organizações sociais de trabalhadores com as universidades, por meio de convênios com os governos estaduais e federal, são exemplos dos impactos no ambiente universitário e também nas instâncias governamentais, responsáveis pela efetivação financeira dessas parcerias. A produção coletiva do conhecimento, hoje veiculada em livros, revistas e bancos digitais cresce no país, revelando que é possível construir os conhecimentos, as práticas e as políticas a partir do trabalho como princípio educativo. A criação de espaços públicos, tais como: Fóruns, Comitês, Articulações; criação de instâncias governamentais para intensificação das políticas da educação do campo, tais como: Coordenação Estadual; Educação do Campo no contexto da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, junto ao Ministério da Educação; Programas como o PROJOVEM CAMPO, Pró Licenciatura, Observatório da Educação/CAPES, PRO-NACAMPO entre outros.

Diante desse cenário, por que uma temática educação do/no campo na Revista Olhar de Professor? É fundamental reconhecer que vivemos em meio a práticas educativas e políticas educacionais de diferentes orientações teóricas. Importante lembrar que os povos do campo organizados têm sido importantes sujeitos coletivos e de direitos na proposição de políticas

educacionais. A educação do campo é fruto da experiência coletiva vivida no interior dos movimentos sociais e das relações estabelecidas entre a sociedade civil organizada e os governos. A educação rural é fruto da iniciativa governamental ao longo da história brasileira, haja vista que os povos do campo não tinham vez e voz nas questões relacionadas à sua escolarização. Prova disso é o que esteve disposto na LDB 4.024/61:

Art. 29. Cada município fará, anualmente, a chamada da população escolar de sete anos de idade, para matrícula na escola primária.

Art. 30. Não poderá exercer função pública, nem ocupar emprego em sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público o pai de família ou responsável por criança em idade escolar sem fazer prova de matrícula desta, em estabelecimento de ensino, ou de que lhe está sendo ministrada educação no lar.

Parágrafo único. **Constituem casos de isenção,** além de outros previstos em lei:

- a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável;
- b) insuficiência de escolas;**
- c) matrícula encerrada;
- d) doença ou anomalia grave da criança.

Pela referida lei evidencia-se o tratamento que os povos do campo recebiam dos gestores públicos e do arcabouço legislativo educacional. Constrói-se uma história de desigualdade educacional na sociedade brasileira, bastante expressiva entre os povos do campo. Em função de tantas contradições e do enraizamento da desigualdade educacional, sociocultural e econômica é que emerge o que ficou denominado como Movimento Nacional da Educação do Campo. De todo modo, não se pode ignorar o papel da educação rural na história passada e presente do campo brasileiro. Em função disso, justifica-se a organização de um número especial que traz contribuições para pensarmos a educação entre os povos do campo, sejam as experiências vinculadas à educação básica, bem como as de formação de professores. Também, com artigos que problematizam a relação entre movimentos sociais e universidades, com destaque para as experiências formativas em andamento no país. Essa discussão está assentada no debate das contradições expressas no campo entre projeto agrícola excludente e projeto agrícola sustentável socioeconomicamente. Nunca é demais lembrar que a educação do campo é um movimento maior do que a luta pela escola, implica a luta por um projeto societário que integra o campo como lugar de vida e trabalho.

Diversos outros autores e temas enriquecem o debate da educação do/no campo no Brasil. Espera-se que os artigos presentes neste número da Revista Olhar de Professor possam contribuir para o alargamento da nossa visão de mundo e de campo brasileiro, com atenção especial às práticas educativas e políticas governamentais, construídas coletivamente, necessárias a uma concepção de educação, de fato, “voltada para o futuro”, nos termos de Bogdan Suchodolski.

A discussão é iniciada com dois artigos que demarcam a história da educação rural na Argentina e no Brasil. Um texto discute a escola primária e outro o curso normal rural. O ter-

ceiro artigo discute as parcerias nos processos formativos que envolvem os povos do campo. Dando sequência às parcerias, há o debate sobre os cursos superiores para formação de educadores do campo, enfatizando as relações entre movimentos sociais e universidades. O quinto texto traz uma caracterização da educação do campo no contexto da extensão universitária, articulando reflexões sobre ensino, extensão e pesquisa. O sexto e sétimo textos problematizam a educação do campo, experiências e políticas nos estados de Santa Catarina e do Paraná. O oitavo artigo dá ênfase ao trabalho e aprendizagem da docência numa escola do campo. E, por fim, o nono artigo problema o campo, suas contradições e os desafios no âmbito das políticas públicas, em específico as agrícolas.

Por fim, salienta-se a importância da produção do conhecimento no contexto da educação do campo. Trata-se de uma frente de trabalho e de enfrentamentos que precisam ser reconhecidos, vividos e investigados, a fim de serem transformados.

Maria Antônia de Souza

